

Recesso branco

Apesar da pauta congestionada por matérias de relevante interesse, este não promete ser um ano muito produtivo no Congresso Nacional. Levantamentos informais mostram que cerca de metade dos parlamentares deve disputar eleições municipais em todos os estados da Federação. Por isso, já se fala no total esvaziamento, no segundo semestre, das duas casas do Poder Legislativo.

Mesmo com a promessa dos presidentes da Câmara e do Senado no sentido de que os trabalhos serão desenvolvidos em ritmo normal, a experiência das últimas eleições mostra os plenários vazios nos meses que antecedem aos pleitos. Os poucos parlamentares que permanecem em Brasília não dão o quórum necessário sequer para realização das sessões.

Nem mesmo os chamados esforços concentrados — debates e votações agrupados em dois ou três dias da semana — produzem bons resultados. O que se vê, na maioria das vezes, é a discussão superficial de questões importantes, por causa do tempo excessivamente exíguo.

Assim, este ano, quando são maiores e mais visíveis os esforços dos três poderes da República para o resgate da imagem de que desfrutam junto à opinião pública, ganha corpo a tese que defende o licenciamento dos parlamentares que desejam disputar as eleições. Pela atual legislação, os ocupantes de cargos no Poder Executivo devem se afastar para evitar que façam uso político dos organismos que dirigem. É justo, portanto, que

isso ocorra também no Poder Legislativo.

Há quem veja imoralidade no fato de os parlamentares — envolvidos em disputas nos estados e afastados por vários meses dos trabalhos — receberem vencimentos. Na verdade, o mandato popular de senadores e deputados lhes é dado para a defesa dos interesses de seus eleitores nos plenários do Congresso. Não é o mandato uma espécie de salvo-conduto para disputar uma outra eleição. De outra forma, pode-se dizer que, ao pleitear a eleição para uma prefeitura, o parlamentar, implicitamente, está renunciando ao mandato que recebeu antes. Natural, portanto, que, no mínimo, se licencie.

Mas a questão essencial não é o pagamento de vencimentos a deputados ou senadores que estão distantes do Congresso. O mais importante é manter a normalidade dos trabalhos legislativos. A situação do País é tão grave que o Congresso Nacional não tem o direito de entrar num recesso branco.

Recentemente, o Presidente da República chegou a dizer que no Brasil um presidente não pode tirar férias. O mesmo deve valer para os legisladores. A discussão da explosiva realidade brasileira, cujos contornos são ainda mais dramáticos neste momento em que a crise econômica beira a recessão, não pode ser postergada pela disputa de prefeituras. O Parlamento precisa encontrar até o final deste primeiro semestre uma solução para este impasse que se avizinha.